



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 13 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quarta-feira, 29 de junho de 2011**

|   |    |
|---|----|
| <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b><br>AMBEV VENCE DESTAQUE AE EMPRESAS .....                                | 1  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b><br>BNDES DIZ QUE VÊ MÉRITO NO NEGÓCIO .....                              | 3  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b><br>PLANALTO DIZ QUE SÓ QUIS ESTIMULAR INVESTIMENTOS .....                | 4  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b><br>MAIS UMA VEZ, POLÍTICA INDUSTRIAL SEM CRITÉRIO .....                  | 5  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b><br>BNDES SERÁ SÓCIO DE GIGANTE VAREJISTA .....                              | 6  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b><br>BRASIL QUER MERCADO DO CONESUL SÓ PARA A REGIÃO .....                    | 7  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>VALOR ECONÔMICO</b><br>BARREIRAS AINDA AFETAM COMÉRCIO BILATERAL .....                             | 8  |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>VALOR ECONÔMICO</b><br>CÂMBIO E JUROS ANDAM NA CONTRAMÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS .....           | 10 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>VALOR ECONÔMICO</b><br>COMMODITIES JÁ REPRESENTAM 71% DAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS .....                | 12 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>VALOR ECONÔMICO</b><br>TESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DIVIDE OPINIÕES .....                           | 14 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>VALOR ECONÔMICO</b><br>A DESINDUSTRIALIZAÇÃO QUE AMEAÇA O BRASIL .....                             | 15 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>CORREIO BRAZILIENSE</b><br>CÚPULA ESVAZIADA .....  | 17 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |
| <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b><br>Pauta do Codam registra aumento de 173% na oferta de novos empregos ..... | 18 |
| VEICULAÇÃO NACIONAL   |    |

|  |  |                         |                        |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                       | EDITORIA                |                        |
|  | TÍTULO<br><b>AMBEV VENCE DESTAQUE AE EMPRESAS</b>      |                         |                        |
|  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Companhia conseguiu, em 2010, ampliar participação de mercado e, ao mesmo tempo, manter preços que garantem boa rentabilidade**

#### O Estado de S.Paulo

Em um ano em que a economia brasileira cresceu 7,5%, a maior expansão desde 1986, e o emprego e a renda estiveram em alta, garantindo a inclusão das classes C e D no consumo, empresas focadas no mercado interno souberam aproveitar o momento favorável e obtiveram resultados acima dos setores tradicionais da economia.

Nesse cenário, companhias ligadas a comércio e serviços ganharam a atenção dos investidores e lideraram o topo da lista das premiadas pelo Destaque Agência Estado Empresas 2011, relativo ao ranking de 2010, elaborado com a Economática. Ontem, durante o evento, o diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, destacou que o prêmio é singular, pois leva em consideração fatores modernos de gestão e de governança.

A grande vencedora foi a Ambev, uma empresa brasileira com tamanho de multinacional, que tem seu foco nas classes C e D. Também se destacaram empresas ligadas ao varejo de vestuário e ao setor de serviços.

Em comum, todas foram beneficiadas pela expansão do mercado interno.

A Ambev conseguiu, no ano passado, algo que nem sempre é possível nas empresas muito dependentes do consumo das classes C e D: manter sua ampla fatia nos mercados de cervejas e refrigerantes e, ao mesmo tempo, segurar os preços em um patamar considerado adequado pela companhia para permitir uma boa rentabilidade. As bases construídas em 2010 permitirão que a empresa enfrente agora as dificuldades previstas para este ano, com a alta dos impostos de bebidas e a política restritiva do governo, com contenção do crédito e alta dos juros.

Acompanhamento. O vice-presidente de relações corporativas da Ambev, Milton Seligman, afirmou ontem que a empresa confia nas medidas adotadas pelo governo para combater a inflação e desacelerar o crescimento da economia, mas que é necessário que haja um acompanhamento dos efeitos. "Esperamos que o governo continue avaliando se a

intensidade dessa desaceleração é correta. As medidas macroeconômicas estão na direção certa, confiamos no futuro do País, mas entendemos que essa avaliação quanto à intensidade tem de ser medida toda hora. Se não for, o desaquecimento pode, em alguns casos, provocar repercussões de longo prazo que são indesejáveis por todo mundo", avaliou o executivo.

A empresa está sentindo tanto os efeitos da desaceleração econômica quanto do aumento da tributação sobre as bebidas, anunciado em abril. "Essa combinação de fatores fez com que começássemos 2011 aquém de nossas expectativas", disse o vice-presidente financeiro e de relações com investidores, Nelson Jamel.

Entretanto, segundo ele, pensando na perspectiva de crescimento para 2012 e Copa do Mundo, a Ambev está mantendo seus investimentos para o ano. O montante previsto é de até R\$ 2,5 bilhões, recorde na história da Ambev. "Continuamos acreditando em inovação, investimento, maior exposição de nossas ações ambientais, ao lado da permanente fixação de redução de custos", declarou.

Resistência. Desde 2009, com o estouro da crise internacional no final do ano anterior, as empresas focadas no mercado interno têm se destacado na premiação da Agência Estado. Neste ano, em sua 11.ª edição, o ranking avaliou 205 empresas de capital aberto, com patrimônio líquido superior a R\$ 10 milhões, com base em sete critérios que levam em conta risco, liquidez, retorno, além de indicadores fundamentalistas.

Pela metodologia adotada pelo prêmio, quanto menor a pontuação em cada um dos critérios, melhor a colocação da empresa. As dez primeiras colocadas receberam ontem à noite o prêmio Destaque AE Empresas.

Com base nesses critérios, o ranking mostra que o investidor no ano passado não quis ficar restrito apenas às ações mais líquidas e de grandes empresas, conhecidas como blue chips. Pelo contrário, buscou o ganho nos dividendos e no retorno de companhias que colhem os resultados do crescimento da economia brasileira.

As empresas tiveram um ano muito bom em 2010. Levantamento da Economática mostra que, descontada a inflação, as vendas das companhias de capital aberto

cresceram, na mediana, 11,2% em 2010 em relação ao ano anterior. "É muito, principalmente porque agora percebemos um movimento de continuidade", disse Fernando Exel, presidente da Economática.

Nos períodos anteriores, em poucos anos houve crescimento de vendas e mesmo assim foram movimentos sem continuidade. "Só vimos números tão elevados em 1994, como resultado do Plano Real, e em 2000, após desvalorização do câmbio, mas foram dois picos, sem continuidade." Em 1994, a alta foi de 16,4%, em 2000 ficou em 11,6% e em 1992 em 10,5%. Em todos os demais anos da série ou houve retração ou o crescimento foi de apenas um dígito.

## **REAÇÕES**

### **Alexandre Afrange**

Presidente da Le Lis Blanc

"Estamos com três anos como empresa aberta e temos conseguido entregar os resultados prometidos.

Vamos estudar isso (operações no exterior) em algum momento, mas atualmente não é nossa preocupação."

### **Nelson Jamel**

Vice-presidente financeiro da Ambev

"Continuamos acreditando em inovação, investimento, maior exposição de nossas ações ambientais, ao lado da permanente fixação de redução de custos."

### **Paulo Borsatto**

Diretor financeiro, administrativo e de relações com investidores da Marisa "O nosso cliente não sente o efeito da alta das taxas de juros, mas é impactado por questões psicológicas, como os dados de confiança do consumidor."

### **Leonardo Senra**

Diretor Financeiro e Relações com Investidores da Souza Cruz

"Acreditamos que o crescimento continuará de forma consistente, mas talvez não em taxas tão elevadas como vimos no ano passado."

### **Roberto Pedote**

Vice-presidente de Finanças da Natura

"Este ano está um pouco mais fraco, mas ainda é prematuro fazermos previsões. O que sabemos é que historicamente o segmento é resistente a impactos econômicos."

### **Michel Temer**

Vice-presidente

"O Brasil está no caminho certo, está crescendo com inclusão social. Há uma coincidência de dois temas:

crescimento econômico e social. Houve um aumento da classe média que passou a consumir muito mais."

|  |   |                        |  |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                    | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>BNDES DIZ QUE VÊ MÉRITO NO NEGÓCIO</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE                             | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

**O presidente do banco, Luciano Coutinho, admite que o processo está sendo analisado; lideranças do PSDB no Senado criticam operação**

Alexandre Rodrigues, Marcelo Rehder, Andrea Jubbé Vianna e Lisandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo

O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) confirmou que avalia participar com até 2 bilhões de euros (R\$ 4,5 bilhões) da fusão entre o Grupo Pão de Açúcar e o Carrefour. Em curta nota, o banco informou no fim da manhã que a proposta ainda depende da aprovação da diretoria.

"O processo está enquadrado (sob análise) porque o banco enxerga que há mérito nele. A gente considera que é uma operação de natureza não hostil, que vamos analisar e podemos esperar que ela se resolva bem", afirmou o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, ao chegar para o evento Destaque Agência Estado Empresas 2011 ontem à noite, em São Paulo.

Ao ser perguntado se a operação sairia sem o **BNDES**, Coutinho limitou-se a dizer: "Sem comentários". Em Assunção, no Paraguai, onde participa da reunião do **Mercosul**, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi perguntado sobre a injeção de recursos do banco estatal na operação. "O **BNDES** fornece recursos para todos os grupos privados que necessitam no Brasil. O **Ministério** da Fazenda não fica fiscalizando a liberação de dinheiro. A operação não precisa ser cancelada", afirmou.

Críticas. A possibilidade de o **BNDES** financiar a fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour foi criticada por lideranças do PSDB no Senado. "Duas redes de varejo se casam e quem dá o presente é o Brasil, ou melhor, o contribuinte?", questionou o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Para o tucano, o repasse de recursos do banco de fomento para viabilizar a fusão entre duas empresas, sobretudo quando uma delas é uma multinacional, não se

legítima. Uma ajuda dessa natureza somente se justificaria, disse Ferreira, em negócios que contribuiriam para o avanço do País, como no setor de política industrial ou ciência e tecnologia. "Daqui a pouco o **BNDES** vai contribuir para a fusão de salões de beleza", ironizou.

Para o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), o auxílio do **BNDES** ao negócio "se trata de uma transferência de dinheiro público para o setor privado com juros subsidiados, e quem subsidia é o contribuinte". Dias explica que o **BNDES** capta os recursos a taxas de 13% ao ano, em média, e depois empresta à iniciativa privada com juros de 4%, em média.

Os senadores devem votar hoje uma medida provisória que transfere R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional para o **BNDES**, a fim de ampliar a capacidade de financiamento do banco. Para Álvaro Dias, estabeleceu-se uma "reserva de **mercado**" no País em que os "investidores de primeira classe" são privilegiados com empréstimos do banco de fomento.

Mas fontes ligadas à negociação garantem que não haverá dificuldades para a aprovação do negócio em caráter prioritário, já que a operação é vista com bons olhos no governo. A justificativa do **BNDES** vem da preocupação do governo com a ameaça de desnacionalização do varejo no Brasil, principalmente o de alimentos, com a perspectiva de o grupo francês Casino assumir o controle da empresa de Abilio Diniz em 2012.

A nota do **BNDES** destacou que o apoio à "internacionalização do Pão de Açúcar" ajudaria o grupo a conquistar um "espaço estratégico" no Carrefour.

|  |   |                        |  |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                                  | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>PLANALTO DIZ QUE SÓ QUIS ESTIMULAR INVESTIMENTOS</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE   | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

**Fausto Macedo e Fernando Gallo - O Estado de S.Paulo**

**O Palácio do Planalto confirmou encontro da presidente Dilma Rousseff (PT) com a Huawei. "A audiência da presidenta Dilma Rousseff com representantes da Huawei, durante sua viagem à China em abril, foi motivada pela relevância da companhia no setor de tecnologia e pelo interesse de ampliação dos seus investimentos no Brasil", destacou a Secretaria de Imprensa.**

Segundo a secretaria "a solicitação da audiência foi feita pela empresa por intermédio da Prefeitura de Campinas, onde a Huawei tem planta industrial e tinha à época planos de ampliação de suas atividades".

"A solicitação foi avalizada pelo **Ministério** das Relações Exteriores e pelo **Ministério** do **Desenvolvimento**, Indústria e **Comércio** Exterior, que recomendaram a inclusão da audiência na agenda", diz a assessoria. "Os planos se confirmaram durante o encontro na China, quando foi anunciada a intenção de investir adicionalmente US\$ 300 milhões no Brasil."

O Planalto não se manifestou acerca de gestões do publicitário João Santana com a Presidência. Procurado, Santana não respondeu às ligações do Estado.

A Huawei do Brasil informou que é a maior arrecadadora de ISS de Campinas e "mantém relações cordiais com a prefeitura". "Em função da visita à China e com objetivo de anunciar o incremento de investimentos na região, a empresa enviou um pedido formal para a Prefeitura de Campinas mostrando interesse na visita programada."

Por intermédio da assessoria de imprensa, a Huawei anotou que "enquanto o governo organizava a agenda da presidenta, a Huawei do Brasil enviou um pedido para uma reunião". "Por conta dos planos de investimento da Huawei no Brasil, a empresa também havia sugerido a presença da presidenta Dilma na assinatura formal do anúncio de investimentos."

O advogado Eduardo Carnelós, que defende Dr. Hélio, foi taxativo. "Me causa surpresa o grampo porque o **Ministério** Público assegurou que não investigou o prefeito. Ainda que a interceptação tivesse sido obtida de forma legal, sua divulgação é crime."

|  |   |                        |  |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                                | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>MAIS UMA VEZ, POLÍTICA INDUSTRIAL SEM CRITÉRIO</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE   | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

### Sérgio Lazzarini - O Estado de S.Paulo

**Eis o segredo do sucesso à brasileira: é só buscar uma oportunidade de fusão com algum competidor, ao mesmo tempo convencendo atores ligados direta ou indiretamente ao governo a injetar capital na operação.**

**E tudo sob o argumento de que é preciso criar "campeões nacionais".**

Assim foi com VCP-Aracruz, Oi-Brasil Telecom, Bertin-Friboi, Sadia-Perdigão e, agora, a fórmula se repete com a possível fusão entre a CBD (Pão de Açúcar) e as operações locais do Carrefour. Concentração de mercado irrigada por recursos do BNDES. Perfeito sob o ponto de vista das empresas. Mais um exemplo, contudo, de política industrial sem critério.

Primeiro, reduz-se ainda mais a competição. Juntos, CBD e Carrefour devem abocanhar 33% das vendas do setor - podendo esse número ser muito maior, dependendo da definição do mercado (por exemplo, bairros onde as duas redes competem). Em um país que quer desesperadamente controlar sua inflação, qual o sentido de reduzir ainda mais a competição empresarial?

Segundo, é uma operação que deve sofrer forte restrição do Cade - da mesma forma que ocorreu com Sadia-Perdigão. Por que um banco público deveria apoiar uma operação problemática em termos antitruste?

Não seria preciso atentar para o bem-estar do consumidor?

Terceiro, as negociações carregam um complicado histórico de conflito entre a CBD e o grupo francês Casino. Por que um banco público deveria se envolver em uma operação que é, no mínimo, conturbada em termos societários?

Quarto, não parece haver sentido em criar mais um "campeão nacional". O "Novo Pão de Açúcar" dificilmente será uma empresa global relevante. Até o Carrefour e outros ícones do varejo ( Walmart) têm sofrido para consolidar sua posição global. Por que seria diferente?

Nada contra ações de política industrial. Mas é preciso que tais ações se direcionem a empreendedores que careçam de recursos e que elas não imponham custos aos consumidores. Com essa operação, o ensinamento aos nossos empresários é claro: a união faz a força, de preferência com uma ajudinha do governo.

É PROFESSOR DO INSPER E AUTOR DO LIVRO "CAPITALISMO DE LAÇOS"

|  |  |                        |  |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>FOLHA DE SÃO PAULO                          | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>BNDES SERÁ SÓCIO DE GIGANTE VAREJISTA</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE                                | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

**Mas banco condiciona aprovação da proposta de fusão a acerto entre Abilio Diniz e seus sócios da rede Casino**

**Controlador do Pão de Açúcar obteve aval do banco e do Planalto; política é fortalecer grupos nacionais**

**VALDO CRUZ**

**DE BRASÍLIA**

**LEILA COIMBRA**

**DO RIO**

O governo Dilma Rousseff não só deu aval para montagem da proposta de fusão entre o Grupo Pão de Açúcar e a rede francesa Carrefour como prometeu que o **BNDES** será sócio do negócio caso ele seja aprovado.

O empresário Abilio Diniz, um dos controladores do Pão de Açúcar, procurou o governo para tratar do assunto. Falou primeiro com o **BNDES** e depois com o Planalto.

Nas conversas, Diniz quis saber se teria apoio oficial, inclusive com participação do **BNDES**, caso conseguisse montar uma proposta de fusão que garantisse o controle nacional do Pão de Açúcar.

A resposta tanto do banco como do Planalto foi positiva, dentro da política do governo Dilma de fortalecer empresas nacionais.

De posse do aval do governo, Diniz buscou montar sua proposta de fusão com o Carrefour, concorrente na França da rede Casino.

Antes de oficializar o acolhimento da proposta, o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, informou e recebeu o sinal verde de Dilma.

O **BNDES** condicionou a aprovação da proposta de fusão a um acerto entre Diniz e seus sócios da rede Casino.

A política de apoio a grandes grupos nacionais começou no governo Lula, quando o **BNDES** também bancou operações semelhantes, como a compra da **Brasil Telecom** pela Oi para formar uma grande empresa nacional de telecomunicações.

Ontem, o banco informou oficialmente que "enquadrou para análise operação no valor equivalente de até 2 bilhões (R\$ 4,5 bilhões), relativa ao projeto de internacionalização do Grupo Pão de Açúcar". A estrutura inicial conta com R\$ 3,91 bilhões do **BNDES**.

Na nota, o banco destaca que a aprovação dependerá de análise da diretoria do banco e será submetida à aprovação das demais companhias envolvidas.

Caso seja aprovado, o aporte será feito por participação societária, por meio da **BNDESPar**, na empresa Gama, uma sociedade de propósito específico criada pelo banco BTG Pactual apenas para negociar a fusão entre as redes varejistas.

Dentre as opções analisadas estão a compra de ações ordinárias da Gama ou mesmo a subscrição de debêntures conversíveis em ações que viriam a ser emitidas no **mercado** pelas empresas.

Assessores da presidente Dilma disseram à Folha que o governo prefere que o controle do grupo varejista permaneça nas mãos de brasileiros. A rede brasileira pode passar a ser controlada pelo Grupo Casino, também francês, sócio de Diniz e com direito de assumir o comando do negócio no próximo ano. Além disso, os assessores de Dilma consideram que a proposta tem a vantagem de abrir espaço para produtos brasileiros no exterior.



|  |                         |                        |
|--|-------------------------|------------------------|
| VEÍCULO<br>FOLHA DE SÃO PAULO  | EDITORIA                |                        |
| TÍTULO<br><b>BRASIL QUER <u>MERCADO</u> DO CONE SUL SÓ PARA A REGIÃO</b> |                         |                        |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                   | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Tema será discutido na estreia de Dilma no bloco**

**LUCAS FERRAZ**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu ontem, no Paraguai, que o mercado do Mercosul seja preservado para os países da própria América Latina. O objetivo é protegê-los contra a invasão de produtos chineses, americanos e europeus. "Não é porque nossos países crescem mais que eles devem ser invadidos por produtos de quem não tem para onde vender", disse em Assunção, onde tem início hoje a 41ª cúpula de presidentes do Mercosul.

Segundo o ministro, há um desespero generalizado das economias "dos EUA, dos países europeus e até dos asiáticos" em busca de clientes fora de seus mercados.

"Devemos cuidar para que nossos mercados sirvam para estimular o nosso crescimento, não o dos outros países", completou ele.

Segundo Mantega, a ideia de proteger o mercado do Cone Sul ainda depende de aprovação dos presidentes dos países-membros. O assunto será tratado hoje.

**ESTREIA DE DILMA**

Em sua estreia em cúpulas do Mercosul, a presidente Dilma Rousseff deveria se reunir hoje com a colega argentina, Cristina Kirchner, para discutir a crise causada por adoção de barreiras comerciais. Cristina, no entanto, cancelou sua presença por causa de uma lesão na testa.

O tema das barreiras é um dos principais problemas do Mercosul. Paraguaio e uruguaio também reclamam sobre as medidas protecionistas de Brasil e Argentina.

Dilma ainda terá uma reunião com o presidente Fernando Lugo. Um diplomata paraguaio disse à Folha que, além de agradecer pelo aumento da tarifa paga pela energia de Itaipu, Lugo quer do Brasil o compromisso de negociar uma nova alta.

|  |   |                        |
|--|---|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>VALOR ECONÔMICO  | EDITORIA               |
|  | TÍTULO<br><b>BARREIRAS AINDA AFETAM <u>COMÉRCIO</u> BILATERAL</b> |                        |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE   | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Daniel Rittner | De Buenos Aires**

As licenças não automáticas de importação deixaram de fazer parte das reclamações de ministros, mas ainda provocam irritação no setor privado, que reclama que os governos do Brasil e da Argentina não agilizaram suficientemente o comércio bilateral e teriam descumprido acordo feito em junho para resolver a questão entre os dois países.

Embora não esteja oficialmente na pauta, o assunto deve vir à tona hoje na reunião de cúpula dos países do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - discutirão estratégias para o comércio regional. A presidente Dilma Rousseff participará da reunião na capital paraguaia, mas a presidente Argentina, Cristina Kirchner, não.

A aplicação da licença não automática no comércio entre o Brasil e a Argentina chegou em um ponto crítico em maio, quando exportadores brasileiros se queixaram de que alimentos, implementos agrícolas e outros eletroeletrônicos esperavam pelo desembarço argentino há 60 dias. O Brasil também passou a exigir licença prévia para automóveis e autopeças. No início de junho, os dois lados chegaram a um acordo verbal pelo qual mantinham esse mecanismo alfandegário, mas a Argentina prometia liberar o documento no prazo legal de 60 dias e o Brasil acenava em conceder as licenças para automóveis em até dez dias.

Menos de um mês depois, fontes consultadas pelo Valor afirmaram que ambos os compromissos foram descumpridos. As liberações estão ocorrendo em "doses homeopáticas", queixa-se Sergio Rocha, presidente da General Motors na Argentina. Na semana passada, a montadora tinha cerca de 7 mil veículos fabricados no país vizinho à espera de licenças não automáticas para entrar no Brasil. Os carros estão no pátio da empresa em Rosário, na fronteira terrestre e em navios nos portos brasileiros.

"As licenças estão demorando, em média, 15 dias", diz Rocha. O problema da demora, diz ele, é que o mercado brasileiro tem sido disputado por montadoras de todo o mundo e qualquer atraso na entrega dos veículos pode gerar perda irreversível de participação de mercado. "O Brasil

tornou-se um mercado hipercompetitivo e não sabemos se dá para recuperar depois o que se perde hoje."

O presidente da Volkswagen na Argentina, Victor Klima, já havia reclamado dos procedimentos adotados pelo governo brasileiro. Na abertura do Salão do Automóvel de Buenos Aires, ele disse que a montadora tinha cerca de 2.500 veículos retidos no porto de Paranaguá (PR), esperando liberação. Klima afirmou, na ocasião, que o problema ocorria, porque o governo vinha analisando as licenças não automáticas veículo por veículo, em vez de fazer isso por lotes. "Há muita burocracia e falta capacidade para trabalhar com esse procedimento em Brasília."

Do lado brasileiro, a reclamação é que o governo argentino não limpou o estoque de licenças de importação atrasadas em vários setores. Um deles é o de calçados, que tem 450 mil pares aguardando a entrada no país vizinho, segundo levantamento concluído nos últimos dias pela Abicalçados, a associação da indústria.

"A maioria é de pedidos feitos em junho, ainda dentro do prazo de 60 dias dado pela OMC, mas também há pendências de fevereiro e que já somam mais de 200 dias de trâmite", relata Heitor Klein, diretor-executivo da entidade. Ele acredita que a situação não se normalizará no curto prazo porque as liberações de licenças "têm sido usadas pelos dois lados como instrumento de pressão". O setor de calçados possui um acordo, em vigência até o fim de 2011, pelo qual os produtores brasileiros limitam a 15 milhões de pares por ano as exportações para a Argentina.

O executivo se queixa de que "os argentinos não cumpriram com o combinado" após o acordo e atrasam as licenças para o que é exportado dentro da cota. Por isso, rejeita a proposta - feita extraoficialmente pela câmara argentina de calçados - de renová-lo. Os fabricantes do país vizinho propõem reduzir esse volume para 12 milhões de pares por ano ou, no máximo, manter a cota como está.

"Não vão ter a nossa complacência. Não tenho a palavra final, são os nossos associados que decidem, mas sinto que o clima para prosperar uma proposta desse tipo é muito ruim", diz Klein.

Roberto Giannetti da Fonseca, diretor de relações exteriores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), diz que "a situação não está completamente resolvida". Segundo ele, as trocas melhoraram bastante daquela verificada durante a segunda quinzena de maio. "A liberação das licenças pela Argentina chegou a estourar os 60 dias", diz, referindo-se ao prazo que a Organização Mundial

do **Comércio** (OMC) estabelece para a emissão da licença não automática. Ele diz, porém, que **exportadores** brasileiros do segmento de autopeças, vestuário, têxteis e equipamentos agrícolas ainda estão com dificuldades, enfrentando espera próxima aos 60 dias e precisando fazer pedidos reiterados para o desembarque na Argentina.

(Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)

|  |  |                        |  |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>VALOR ECONÔMICO   | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>CÂMBIO E JUROS ANDAM NA CONTRAMÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE  | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

Rodrigo Pedroso\* | Para o Valor, de São Paulo

Substituta do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a Política de Desenvolvimento Competitivo - que ainda deve trocar de nome até o anúncio oficial- prevê uma série de incentivos à atividade industrial do país com o objetivo de aumentar a participação de investimentos de capital fixo no Produto Interno Bruto (PIB), elevar o dispêndio do setor privado com ciência e tecnologia e aumentar a importância da indústria na economia. O pacote de medidas - que deve ser anunciado em julho -, no entanto, não deve ser suficiente para aumentar a participação da indústria nacional no PIB, segundo economistas e representantes do setor.

O problema, dizem, é que o binômio câmbio-juros tem atuado na direção contrária a das políticas industriais.

Uma recente nota técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese) comparou a participação da indústria de transformação no PIB nas últimas cinco décadas e mostrou que ela vem oscilando entre 15% e 20% desde 1997. No ano passado, ficou em 15,9% - o menor ponto da série desde os 15,5% registrados em 1997, ano em que o país registrou déficit comercial de US\$ 11 bilhões apenas na conta de exportações e importações da indústria de transformação.

Esse cenário de perda de peso na economia não mudou com os últimos dois planos (a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - Plice, de 2004, e o PDP, de 2008). Em 2004, a indústria respondeu por 19,2% do PIB e, em 2008, por 16,6%.

Apesar de a tentativa de impulsionar a indústria ser válida, ela não contempla seu fim, segundo o professor de economia da Unicamp Mariano Laplane. "Os PDPs não são suficientes para a indústria crescer mais que a economia. Os efeitos que as medidas desses planos pretendem acabam se perdendo por conta da alta taxa de juros e do câmbio apreciado, que estão em valores desalinhados em relação ao resto do mundo.

Caso esses preços estivessem de acordo com a realidade mundial, teríamos resultados muito mais favoráveis à indústria."

Na ocasião de seu lançamento, o PDP previa que a taxa de investimentos em capital fixo iria representar 21% do PIB em 2010. No ano passado, o número foi de 18,4%. A expectativa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), é de que os investimentos se elevem a 23% até 2014. Melhores condições de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), que diminui o custo de investimento, redução do prazo de apropriação de créditos do PIS/Cofins e financiamento maior a projetos de inovação tecnológica são algumas das medidas do novo plano. Outra meta perseguida pelo governo é fazer o setor privado elevar o gasto com ciência e tecnologia de 0,55% para 0,9% do PIB.

As melhores condições de produção oferecidas à indústria são bem-vindas, mas chegam tarde, de acordo com Mario Bernardini, assessor da presidência da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). "Todas as medidas são defensáveis, mas possuem pouco efeito sobre a conjuntura macroeconômica. Se elas tivessem sido implementadas há quatro, cinco anos, a indústria estaria mais competitiva mesmo com a crise. A questão é que não se mexe no essencial, que é a taxa de juros e o câmbio."

Para Welber Barral, ex-secretário de comércio exterior e sócio da Barral M Jorge Consultores Associados, a tentativa do governo de criar uma nova política industrial é útil para criar um ambiente mais favorável à indústria. "A grande vantagem é a organização de prioridades dentro do governo, diminuindo a burocracia.

Essa interlocução entre o setor privado e o público é positiva."

No ano passado, quando a indústria teve participação no PIB semelhante a do "vale" de 1997, o déficit comercial da indústria de transformação foi muito superior e somou US\$ 36,9 bilhões. Os setores de mecânica (US\$ 17,4 bilhões), material elétrico e comunicação (US\$ 17,1 bi) e química (US\$ 11,8 bi) foram os que apresentaram maior déficit em 2010.

O número de empregos formais como um todo na indústria, no entanto, saltou de 9,7 milhões em 2009 para 10,5 milhões em 2010, apresentando um crescimento de 8%. Desde 2005, quando 7,6 milhões de pessoas estavam empregadas no setor industrial, o número vem aumentando, apesar da perda de espaço.

Os dados mostram que a indústria como um todo está crescendo, mas não acompanhando o conjunto da economia. A reclamação maior, para Mario Bernardini, é de perda de

competitividade. "A indústria não está encolhendo em valor absoluto, mas em valores relativos."

A menor participação da atividade industrial no **PIB** nos últimos anos, no entanto, não representa uma queda de **produção**, segundo Mariano Laplane. "Não há desindustrialização. Acontece que a indústria cresce em um ritmo menor que os outros setores", afirma o professor da Unicamp. (\*Texto produzido no Curso de Jornalismo Valor Econômico)

|  |   |                        |
|--|---|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>VALOR ECONÔMICO  | EDITORIA               |
|  | TÍTULO<br><b>COMMODITIES JÁ REPRESENTAM 71% DAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS</b> |                        |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE   | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

Marta Watanabe | De São Paulo

As commodities representaram 71% do valor total exportado pelo Brasil no acumulado de janeiro a maio deste ano. No mesmo período do ano passado a participação das commodities foi de 67%. As vendas ao exterior desse tipo de produto avançaram em ritmo mais acelerado do que as de manufaturados. Nos primeiros cinco meses do ano, a exportação de commodities cresceu 39,1% em relação a igual período de 2010, enquanto os embarques de manufaturados subiram 15,1%.

O cálculo é da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e não considera somente as commodities classificadas pelo Ministério do Desenvolvimento (Mdic) entre os básicos. Ela leva em consideração também as commodities classificadas como semimanufaturados e também as que, em razão de incorporarem alguma industrialização, estão enquadrados nas estatísticas oficiais como manufaturados. Entre as commodities industrializadas estão açúcar refinado, combustíveis, café solúvel, alumínio em barras, entre outros.

"Isso significa que temos 71% de nossas exportações baseadas em commodities. Ou seja, em produtos cujos preços não controlamos", diz José Augusto de Castro, presidente em exercício da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Ele lembra que o avanço dos produtos primários na pauta de exportação brasileira se intensificou desde 2009. Naquele ano, a fatia das commodities nas vendas ao exterior era de 65,6%. No ano passado todo, foi de 69%.

O aumento de participação do total das commodities foi influenciado, principalmente, pelo avanço dos produtos mais básicos, cujas exportações subiram 45,6% de janeiro a maio de 2011, na comparação com o mesmo período do ano passado. As commodities beneficiadas e as industrializadas, classificadas pelo Mdic entre os semimanufaturados e manufaturados tiveram, respectivamente, crescimento de 30,9% e 20,5% - ainda um ritmo mais acelerado que o dos produtos manufaturados de maior valor agregado, que tiveram aumento de 15,1%.

Enquanto os produtos primários avançam nos embarques brasileiros, diz Rogério César de Souza,

economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi), a balança comercial de manufaturados no Brasil vem acumulando déficits cada vez maiores.

De acordo com levantamento do Iedi, no primeiro trimestre do ano passado a indústria brasileira de manufaturados teve déficit de US\$ 7,5 bilhões. O saldo negativo saltou para US\$ 10 bilhões nos primeiros três meses de 2011. No acumulado do ano passado, o déficit chegou a US\$ 35 bilhões. "Para este ano estimamos que esse valor ultrapasse os US\$ 50 bilhões."

O que explica o avanço das commodities foi basicamente preço, diz Castro. No acumulado de janeiro a maio, o valor exportado em minério de ferro cresceu 107,3% em relação aos primeiros cinco meses do ano passado. No período, o volume exportado cresceu 4,49% enquanto o preço subiu 98,4%. A soja exportada aumentou 22,7% em valores. De novo, foi o preço quem comandou o crescimento, com alta de 30,7%, enquanto o volume embarcado caiu 6,2%.

Os preços dos produtos primários, lembra Souza, não seguem apenas o movimento de oferta e demanda.

"Esses preços são pressionados também pelo mercado secundário, que pode buscar outros ativos mais rentáveis a qualquer momento", diz ele. Para Castro, "há ainda uma grande liquidez no mundo, embora os preços das commodities nos últimos meses tenham mostrado que há uma certa saturação nesses mercados".

Em termos de demanda, lembra Castro, a exportação brasileira de commodities está fortemente baseada no crescimento econômico da China. Se houver desaceleração do crescimento chinês o impacto na demanda será global e isso contribuirá para reduzir mais rapidamente o valor das exportações brasileiras do que o das importações, diz Souza. A volatilidade de preços das commodities é muito alta e tem efeitos imediatos, explica o economista do Iedi.

Já os preços dos manufaturados, que representam 80% da importação brasileira, diz Castro, vão demorar a sentir o recuo. "Os manufaturados têm contratos fechados por prazos mais longos e há maior fidelidade ao fornecedor."

Castro lembra ainda que alguns **mercados importantes** de manufaturados brasileiros, como os países da América do Sul, têm economia atualmente impulsionada por um motor semelhante ao brasileiro: a **exportação** de commodities. "Caindo a capacidade de **exportação** desses países, haverá também menor demanda para **importação**, o que afeta as vendas brasileiras de manufaturados ao exterior."

O resultado para o **Brasil** pode ser uma redução de superávit ou geração de déficit, com os efeitos resultantes nas contas fiscais e eventualmente na inflação.

Castro acredita, porém, que o atual cenário deve ser mantido pelo menos até o fim de 2011. **Importantes** produtos na pauta brasileira de commodities, como a soja, por exemplo, diz, já foram vendidas. "Os contratos foram fechados, com preços já definidos. O grão só não foi entregue", diz. O minério de ferro, outro item primário **importante**, já está com o preço para o terceiro trimestre definido. "O quarto trimestre ainda está em aberto, mas deve manter patamar de preço semelhante ao atual, a menos que haja alguma mudança repentina no **mercado** externo."

|  |  |                        |  |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>VALOR ECONÔMICO                                   | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>TESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DIVIDE OPINIÕES</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE                                      | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

### De São Paulo

A nota técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômico (Dieese) sobre a participação da indústria de transformação no PIB mostra que ela oscilou em torno de 15% nos últimos 14 anos - em 2010 foi de 15,9% e em 1997 havia ficado em 15,7%. No meio do caminho, chegou a 19,2% em 2004. Enquanto uma ala de economistas acredita que o país passa por uma desindustrialização precoce, outra defende a tese de que está havendo um movimento normal de uma economia que vem se diversificando.

A curva da indústria de transformação (base da indústria) no Brasil atingiu o ápice em 1985, quando representou 27,2% do PIB. Para o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor e doutor pela PUC-SP, o modelo econômico adotado para estabilizar a economia na década de 1990 levou ao encolhimento da indústria. "O Brasil vive basicamente de commodities e foca suas políticas para esse tipo de exportação. E quem está sendo penalizada com isso é a indústria, que assiste a um processo de substituição da produção local por importações no consumo do país. E isso tem impacto na balança comercial e no nível de emprego."

O setor industrial também se queixa do cenário dos últimos anos e argumenta que as altas taxas de juros e o câmbio apreciado tiraram a competitividade dos produtos

nacionais. Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, discorda. "Não está havendo desindustrialização. O que aconteceu é que setores foram expostos à concorrência. A participação da indústria está estabilizada em um patamar razoável e é normal que isso aconteça. À medida que a economia do país fica mais sofisticada, cresce a demanda por serviços.

**Eles os empresários sempre reclamam que o câmbio está valorizado e os juros altos."**

A perda de peso da indústria mostra um movimento diferente do que ocorreu em economias desenvolvidas de acordo com Airton dos Santos, técnico do Dieese. "O patamar de 15% é preocupante, pois a indústria se estabilizou nesse número baixo sem antes dominar certas cadeias produtivas da indústria, como eletroeletrônicos, farmacêutica e química. Os países desenvolvidos que passaram por isso e têm uma grande participação de serviços possuem setores de ponta em suas indústrias. O Brasil, não."

Schwartzman, por sua vez, é cético em relação a uma mudança no curto prazo do cenário atual. "Nós não chegamos e não vamos chegar à indústria de ponta agora. Pode colocar o câmbio a R\$ 4 que isso não vai acontecer. Queremos produzir igual à Coreia do Sul sem investir que nem eles, que ficaram 20 anos investindo em educação. Essa questão da diminuição da indústria é setorial e não macroeconômica." (RP)

|  |  |                        |  |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>VALOR ECONÔMICO                                 | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>A DESINDUSTRIALIZAÇÃO QUE AMEAÇA O BRASIL</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE                                    | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

**José M. Dallari**

**O Brasil festeja a escolha para sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Comemora o fato de ter saído incólume da crise financeira mundial, e a perspectiva de que a economia continue crescendo. Tudo isso é positivo, mas o país ainda possui deficiências estruturais que precisam ser atacadas agora. Veja o que está acontecendo na indústria.**

Neste momento, o Brasil corre o risco de se transformar apenas em um grande revendedor de produtos tecnológicos e se desindustrializar. Para se chegar a essa conclusão, a conta é simples: importamos muito mais produtos com alguma tecnologia agregada do que exportamos.

Hoje o déficit de tecnologia do Brasil cresce cerca de 20% ao ano. Caminha para ultrapassar os US\$ 100 bilhões em 2011. Muitas fábricas - de chips a eletroeletrônicos completos - abriram mão de parte de sua produção. Se antes fabricavam o produto do começo ao fim, agora importam, principalmente da China, uma parte de seus componentes. Os preços são mais baixos do que se fossem produzidos aqui.

Os chineses tiram proveito da decisão de empresários ocidentais que preferem terceirizar a produção para ficar apenas com a parte que "agrega valor" à sua marca.

As empresas e os empresários ganham rios de dinheiro comprando dos chineses por centavos e vendendo por centenas de dólares, interessados apenas no lucro imediato e a qualquer preço, mesmo ao custo do fechamento de suas fábricas e do brutal desemprego. É o que se pode chamar de "estratégia do avestruz".

O boom de empregos gerados atualmente acontece em setores de produtos com baixo valor agregado. O problema é que essa atitude não agrega valor, muito menos ao Brasil, um país que ainda tem muito a fazer para conquistar seu espaço no mercado mundial e está longe de oferecer aos brasileiros, de todas as classes sociais, condições de vida comparáveis às dos chamados países do primeiro mundo.

Enquanto os empresários ocidentais terceirizam as táticas e ganham no curto prazo, a China assimila essas

táticas, cria unidades produtivas de alta performance e vai dominar o mercado de produtos de massa no longo prazo.

A substituição da produção local pela importação de produtos chineses - sejam eles componentes ou mercadoria acabada - leva, a longo prazo, ao sucateamento do parque industrial brasileiro.

A magnitude dos números é um bom exemplo: se uma fábrica brasileira produz um milhão de unidades do produto X, uma só fábrica chinesa produz quarenta milhões de unidades. A qualidade dos dois é equivalente, mas a velocidade de produção e atendimento que a China oferece são impressionantes.

Os chineses colocam qualquer produto no mercado, em qualquer lugar do planeta, em semanas, com os preços que são uma fração dos praticados aqui.

Com a importação dos produtos chineses, o preço do produto final cai, o que é bom para o consumidor, mas é péssimo para o trabalhador brasileiro que, no final das contas, perde seu emprego para um trabalhador chinês.

No Brasil, o boom de empregos gerados atualmente acontece em setores de produtos com baixo valor agregado. Ou seja, onde se contrata mão de obra barata e de baixa qualificação.

**Recebemos só neste primeiro trimestre de 2011 investimentos da ordem de US\$ 17,5 bilhões.**

Mas eles não se refletem em ganhos em tecnologia já que o déficit, nesse setor, não para de crescer. Uma parte desse dinheiro estrangeiro pousa no país, atraída pelos ganhos financeiros proporcionados pelos juros altos. E a fatia que vai para instalação de fábricas repete o modelo prejudicial ao Brasil: são empresas que importam componentes e produtos acabados de fora - ou seja, são apenas montadoras e maquiadoras de produtos.

É esse modelo que precisa ser revisto. Se mantido o atual perfil de investimento em produção, num futuro próximo a China se mostrará ainda mais inalcançável.

Veremos os produtos chineses aumentando os seus preços, com as empresas produzindo um choque de produtos de valor agregado, como aconteceu com o choque do

petróleo nos anos 70. E aí já será tarde demais. O mundo então perceberá que reerguer as suas fábricas terá um custo proibitivo e irá render-se ao poderio chinês; pois, alimentou um enorme dragão e acabou se tornando refém da criatura.

O resultado desse modelo é desastroso. Num ranking global de competitividade, que mede o ambiente de negócios de uma nação, o Brasil, que é a oitava economia do mundo, ficou em 44º lugar, perdendo seis posições em relação ao levantamento do ano passado.

O estudo foi feito pelo Instituto Internacional para o **Desenvolvimento** da Administração, da Suíça, em parceria com a Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais. Fomos ultrapassados por países como Peru, Filipinas, Turquia e Emirados Árabes.

E o ciclo é vicioso, já que quanto mais se **importam** produtos de tecnologia agregada, menos precisamos da nossa mão de obra especializada, colocando nossos jovens qualificados com dilema difícil, ou se sujeitam a ficar no **Brasil** em funções aquém de sua capacidade ou vão buscar alternativas em outros países.

O cenário nos coloca a perspectiva de o **Brasil** se tornar um país **importante**, entre as cinco economias mais poderosas do mundo, mas sem liderar seu próprio **desenvolvimento** tecnológico. É isso que queremos?

**Certamente não.**

Nossas deficiências não são novas e estão aliadas a dificuldades igualmente antigas, como um câmbio que favorece a **importação** de peças e componentes, a alta carga tributária incidente sobre a **produção** e uma legislação trabalhista ultrapassada. Sem contar a burocracia e a ineficiência do setor público que ano após ano seguem inalteradas.

Muitos desses acertos podem ser feitos de imediato, mesmo sem as famosas mudanças estruturais. É possível ajustar tarifas para que o **Brasil** importe o que necessita e abra espaço para o uso de tecnologia na **produção** local. A carga tributária pode ser usada como mecanismo de incentivo a quem investe em pesquisa & **desenvolvimento**. A burocracia pode ser reduzida, com mais agilidade para quem quer fazer negócios. Tudo isso sem contar que a legislação trabalhista precisa ser modernizada e o setor público carece de um choque de eficiência.

Sem que nada disso se altere, a perspectiva é preocupante para a indústria brasileira. Reflitam, corremos ou não o risco da desindustrialização?

José Milton Dallari, ex-secretário de Acompanhamento Econômico do **Ministério** da Fazenda, integrante da equipe que implantou o Plano Real. É sócio da Decisão Consultores.

|  |                                   |                        |  |
|--|-----------------------------------|------------------------|--|
|  | VEÍCULO<br>CORREIO BRAZILIENSE    | EDITORIA               |  |
|  | TÍTULO<br><b>CÚPULA ESVAZIADA</b> |                        |  |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE           | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |  |

### Tatiana Sabadini

A cúpula de presidentes do **Mercosul** marcada para hoje em Assunção será o primeiro compromisso de Dilma Rousseff dentro do bloco. A chefe de Estado brasileira deve unir esforços para fortalecer o grupo e continuar no caminho da liderança pela integração **regional**. O trabalho, no entanto, não deve ser fácil em um período de desencontros políticos e na ausência dos líderes. A reunião em Assunção terá dois **importantes** desfalques. Além de Hugo Chávez, um dos grandes interessados em fazer parte do grupo, a mandatária argentina Cristina Kirchner também suspendeu sua participação no encontro, ao alegar problemas de saúde. Para a presidente brasileira, a viagem será a oportunidade de ter uma agenda maior com o colega paraguaio, Fernando Lugo, depois de ter cancelado uma visita a Assunção em maio.

Depois de 20 anos de existência, o bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai precisa começar a se programar para as próximas duas décadas. Porém, o encontro deve se limitar à agenda do bloco e à transferência da presidência protempore para o governo uruguaio. "É uma cúpula de praxe. Não serão tomadas grandes decisões, e a presidenta Cristina Kirchner deve fazer falta. Sem a presença

dela, o encontro não tem tanta força. O **Mercosul** avançou, mas não há aprofundamento da integração econômica.

Um bloco que pretende ser um **mercado** comum precisa criar mecanismos para isso", diz Albene Míriam Menezes, professora do Departamento de História e coordenadora do Núcleo de Estudos do **Mercosul** na Universidade de Brasília (UnB).

A ausência de Cristina ocorre após desavenças do governo argentino com outros países do bloco sobre acordos comerciais e a entrada de produtos em seu território. Durante evento na semana passada, a presidente sofreu uma queda e seus médicos a aconselharam a não viajar. A Argentina tem sido catalisadora de polêmicas nas relações econômicas. Em Assunção, um grupo de empresários criticou as barreiras de **importação** de seus vizinhos e declarou que o **Mercosul** é um "fiasco". Por sua vez, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, afirmou que o **Mercosul** pretende atrair a associação plena da Bolívia e do Equador. "O alto-representante do **Mercosul**, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, vai começar as reuniões exploratórias com a Bolívia, depois com o Equador", disse ele.



|  |                         |                        |
|--|-------------------------|------------------------|
| VEÍCULO<br><b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>  | EDITORIA                |                        |
| TÍTULO<br><b>Pauta do Codam registra aumento de 173% na oferta de novos empregos</b> |                         |                        |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                               | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

A pauta da 233ª reunião do Conselho de **Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam)**, marcada para esta quinta-feira, dia 30, às 15h, no auditório da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), relaciona 46 projetos industriais que somam investimentos de R\$ 592 milhões e 3.355 vagas no mercado de trabalho, estimados para os próximo três anos.

Os destaques da pauta da reunião são dois projetos para a fabricação de tablets que somam aportes de pouco mais de R\$ 100 milhões. A pauta, na íntegra, está disponível na página [www.seplan.am.gov.br](http://www.seplan.am.gov.br) link Destaques.

Outro dado relevante da pauta da terceira reunião do conselho neste ano é o aumento da geração de novos empregos (excluídas as vagas remanejadas e indiretas). As 3.355 vagas previstas representam um crescimento de 173,65% em relação a pauta do Codam do mesmo período no ano passado, quando foi pactuada a criação de 1.395 novos empregos.

Comparado com a pauta da terceira reunião do ano passado, os investimentos que serão avaliados nesta quinta-feira apontam para um crescimento de 150,65%, um aumento nominal de R\$ 163 milhões para R\$ 592 milhões. Em número de projetos, a nova pauta do Codam apresenta um aumento de 31,58% em relação a pauta da reunião de 2010 no

mesmo período. O volume de capital estrangeiro registra nesta pauta um aumento de 154,93%, uma elevação de R\$ 6 milhões para R\$ 89 milhões. A pauta também relaciona projetos para fabricação de componentes eletrônicos, partes e peças para a indústria de duas rodas, fabricação de quadriciclo, embalagens e placas montadas para uso em informática.

Investimentos - Do total de 46 projetos submetidos à análise técnica da Seplan, 22 são de implantação (novos empreendimentos), 20 de diversificação e 4 de atualização. Os projetos de implantação totalizam R\$ 360 milhões em novos aportes e os de diversificação, R\$ 214 milhões. As empresas Samsung e Positivo apresentaram projetos para a fabricação de tablets.

A última reunião do Codam, realizada no dia 4 de maio, aprovou uma pauta recorde de 41 projetos industriais com valor estimado em R\$ 1,243 bilhão e um total de 1.887 empregos, a serem efetivados ao longo do período de até três anos. Além dos projetos para a fabricação de tablets das empresas Digibras e Greenword, foram destaques da pauta da 232ª reunião do Codam projetos para a fabricação de telejogos e embalagens.